



A (re)existência de mulheres na forma de saberes ancestrais: repensando outras relações entre ciência, ambiente e educação no contexto pandêmico

The (re) existence of women in the form of ancestral knowledge: rethinking other relationships between science, environment, education and pandemic

La (re) existencia de la mujer en forma de conocimiento ancestral: repensar otras relaciones entre ciencia, ambiente, educación y pandemia

Dominique Jacob Fernandes de Assis Castro¹
Bruno Andrade Pinto Monteiro²

Resumo

Fundos da Baía de Guanabara (RJ), local que a vida insiste em existir ou seria persistir? Marcado historicamente por injustiças socioambientais, os fundos da Baía ainda abrigam uma rica biodiversidade apesar de toda destruição e degradação em larga escala. E essa biodiversidade que insiste e persiste, também se encontra nas comunidades do entorno, principalmente nas mulheres, que ainda lutam pela vida, mesmo quando essa é sistematicamente institucionalizada para matá-las. E são seus saberes ancestrais que as ressignificam na luta diária de resistência, seja na forma de lidar com os conflitos socioambientais do entorno, seja no atual contexto pandêmico. Como esses saberes podem nos ajudar a refletir sobre relações outras entre educação, ciência e ambiente de forma mais justa? Quais contribuições esses saberes trazem para o ensino de ciências e a educação ambiental? Longe de fornecermos respostas, essas são algumas das reflexões para o qual o artigo se propõe.

Palavras Chaves: Colonialidade cosmogônica. Educação Ambiental de Base Comunitária. Pandemia. Saberes ancestrais.

Abstract

The ends of Baía de Guanabara (RJ), a place that life insists on existing or would it persist? Historically marked by socio-environmental injustices, this place is still home to a rich biodiversity despite all the destruction and degradation on a large scale. This biodiversity that insists and persists, is also found in the surrounding communities, mainly in women, who still fight for life, even when it is systematically institutionalized to kill them. It is their ancestral knowledge that resignifies them in the daily struggle for resistance, whether in the way of dealing with the socio-environmental conflicts in the surroundings, or in the current pandemic context. How can this knowledge help us to reflect on other relationships between education, science and the environment? What contributions do these knowledges bring to science and environmental education? Far from providing answers, these are some of the reflections for which the article proposes.

Keywords: Ancestral knowledge. Community-based environmental education. Cosmogonic coloniality. Pandemic.

Resumen

¿Es el fondo de la Bahía de Guanabara (RJ) un lugar que la vida insiste en existir o persistir? Históricamente marcado por injusticias socioambientales, aún alberga una rica biodiversidad, a pesar de toda la destrucción a gran escala. Y esta lucha de la biodiversidad, que insiste y

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/NUTES).

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências.

persiste, también la podemos encontrar al interior de comunidades vecinas, principalmente en las mujeres, que aún luchan por la vida, incluso cuando se institucionaliza sistemáticamente para matarlas. Y es su saber ancestral el que los ressignifica en la lucha diaria de resistencia, ya sea en la forma de enfrentar los conflictos socioambientales del medio, o en el actual contexto pandémico. ¿Cómo puede este conocimiento ayudarnos a reflexionar sobre otras relaciones entre educación, ciencia y medio ambiente de manera más justa? ¿Qué aportes hace este conocimiento a la educación científica y ambiental? Lejos de dar respuestas, estas son algunas de las reflexiones que proponemos.

Palabras Clave: Colonialidad cosmogónica. Conocimiento ancestral. Educación ambiental basada en la comunidad. Pandemia.

Introdução

Este artigo faz parte de uma dissertação de mestrado que envolve a pesquisa dos saberes de resistência trazidos e ressignificados por educadoras ambientais populares, desta localidade, em resposta aos conflitos socioambientais vivenciados pelas mesmas e por seus ancestrais. Além disso, no presente artigo faremos uma reflexão sobre como esses saberes podem contribuir com conexões outras entre ambiente, ciência e educação a partir da vivência e dos olhares dessas mulheres e educadoras da comunidade sobre o atual contexto pandêmico. Este ao mesmo tempo que acirra e escancarada a desigualdade social, acaba por normatizar mudanças comportamentais, sem a necessária reflexão sobre a mudança nas relações pessoais e no comportamento de um sistema econômico de consumo/padrão antes e pós-pandemia.

Contexto territorial e suas características

O município de Magé (Rio de Janeiro) se localiza no fundo (geograficamente) da Baía de Guanabara tendo seu território totalmente inserido em sua bacia hidrográfica. Suruí pertence ao 4º Distrito de Magé e se localiza numa região de zona de sacrifício, que segundo Acselrad (2004) se definem como regiões que são objeto de práticas ambientalmente predatórias que atingem as populações de baixa renda. Os moradores locais convivem com problemas que vão desde a poluição industrial do ar e da água, passando por falta de abastecimento de água e de saneamento básico, até riscos relacionados à enchentes, lixões e pedreiras. Localizada entre a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias) e o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro) dois pontos de industrialização convencionais, pertencentes ambos à Petrobrás. Suruí se encontra ainda cercado por várias mineradoras como a Holcim, Convem Mineração LTDA. e Mineradora Pedra Dourada.

Apesar de essa região ser considerada um local de zona de sacrifício, ainda é uma dos locais mais preservados da Baía de Guanabara, tanto pela presença da Área de Preservação Ambiental (APA) de Guapimirim (ALENCAR, 2016), quanto pela sua população de resistência. Suruí é um local riquíssimo do ponto de vista ecológico e histórico possuindo ecossistemas de manguezais, remanescentes de Mata Atlântica, reservas de água, amplos espaços agriculturáveis e baixa urbanização. Suruí ainda possui como característica cultural a produção da Farinha de Suruí, uma farinha de mandioca conhecida pelo seu processo artesanal.

Nascidas nessas comunidades, as educadoras desenvolvem um trabalho educativo junto à ONG Água Doce Serviços Populares, que traz as bases da educação popular para a implementação de um projeto socioambiental de fortalecimento e organização comunitária, ao longo da bacia do Rio Suruí em Magé. Essas mulheres são filhas de comunidades tradicionais, umas são filhas de pescadores, outras de benzadeiras e outras de erveiras. Pelo contato constante com a biodiversidade elas possuem muitos saberes cotidianos sobre a natureza e o território que pertencem ao

patrimônio imaterial dessas comunidades, porém geralmente são ignorados ou invisibilizados dos debates seja na esfera escolar como na pública durante as tomadas de decisão locais (CAMARGO, 2017). Sendo assim, essas mulheres possuem uma influência grande na construção de saberes, na formação da cultura local e na resistência aos diversos conflitos socioambientais locais. Com relação ao contexto social e racial, essas mulheres são em sua maioria negras, de baixa renda e com famílias uniparentais.

Colonialidade e seu rastro de sangue e fuligem: o que fazer?

As riquezas da Baía de Guanabara foram usurpadas pelo colonialismo favorecendo o enriquecimento dos Estados-Nações europeus e deixando no lugar a ilusória ideia de pobreza em meio a tantos recursos (CAMARGO, 2017). Os últimos séculos de políticas neoextrativistas em todo mundo se refletem nos fundos da Baía onde essas exacerbaram a desigualdade e diversas formas de violência, observadas nos conflitos e nas injustiças socioambientais. Essas violências que podem ser físicas, simbólicas, epistêmicas, étnicas, raciais e territoriais, se reproduzem na história da maioria dos países latino americanos, tendo como raiz as diferentes formas de colonialidade: poder, saber, ser (VINCENT; VASCONI, 2017) e a cosmogônica.

Sabemos que as formas de colonialidade não ruíram com o fim do colonialismo, elas continuam a se manter nas relações estruturais da sociedade como nas relações subjetivas dos colonizados/colonizadores. A construção de um novo padrão de poder mundial capitalista colonial/moderno e eurocentrado (colonialidade do poder) tem dois eixos que o guiam: 1) a classificação social da população baseado na ideia de raça, 2) a nova estrutura de controle do trabalho (capitalismo) que levou a uma construção identitária de poder mundial, com a América Latina como o primeiro espaço-tempo da modernidade (QUIJANO, 2005).

A colonialidade do saber é resultante do processo de construção do padrão mundial de poder eurocentrado capitalista colonial/moderno, uma vez que a perspectiva eurocêntrica das relações de dominação produziu um modelo e uma concepção de produção de conhecimento baseado nesse padrão de poder (QUIJANO, 2005). Desta forma, os saberes subalternos foram apagados, ignorados e invisibilizados em nome da pretensa superioridade do saber europeu nas mais diversas áreas (GROSGUÉL, 2008). Essa colonialidade está ligada ao que Mignolo (2005) chama de “diferença colonial”, e esta precisa estar no centro do processo de produção de conhecimento. Com isso, os saberes subalternos se encontram no cruzamento do tradicional e do moderno, sendo formas de conhecimento híbridas e transculturais (GROSGUÉL, 2008). Eles são formas de resistência que dão diferentes significados e transformam as formas de conhecimento hegemônicas a partir de racionalidades não-eurocêntricas das subjetividades subalternas pensadas a partir de uma “epistemologia de fronteira” (GROSGUÉL, 2008).

A colonialidade do ser é uma consequência da existência de uma colonialidade de poder e do saber. Desta forma, o ser colonizado surge quando poder e conhecimento se tornam mecanismos de exclusão, ou seja, a colonização do ser seria uma negação do outro não-eurocêntrico (MALDONADO-TORRES, 2008). Nas palavras de Maldonado-Torres (2008): “A colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades”. Ou seja, esses sujeitos foram colocados como não-seres, e com isso suas vidas continuam a ser descartáveis. Desse modo, concordamos com Sanchez, Salgado e Oliveira (2020) que se trata de um etnocídio, e não um genocídio, uma vez que a morte foi direcionada para aqueles que tiveram suas identidades taxadas pela colonialidade. Além disso, suas mortes tem relação indissociável com a expropriação dos seus territórios. Basicamente por conta da colonialidade, a América Latina foi

fundada num grande conflito ambiental (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020).

Concordamos com Walsh (2009), que também existe uma dimensão da colonialidade que merece destaque, que é a colonialidade cosmogônica, a da mãe natureza que possui relação com a força “vital-mágico-espiritual” presente com diferentes particularidades nas comunidades afrodescendentes e indígenas. Ela nos obriga a olhar para a dicotomia homem/natureza resultado da fragmentação cartesiana que classifica como “primitivas” e “pagãs” as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e os ancestrais, enquanto seres vivos (WALSH, 2009). Com isso, acaba-se por dar continuidade civilizatória às comunidades indígenas e a diáspora africana quando massacra-se cosmogônias e religiosidades, assim como princípios e filosofias de vida (WALSH, 2009), em nome de uma visão única de viver que seria “civilizada”. Para ela, essa forma de colonialidade aperfeiçoa as demais, uma vez que aprofunda o problema existencial ontológico.

Por essa razão, o Ecoetnogenocídio está na raiz da colonialidade da natureza (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020). O ecoetnogenocídio é um neologismo conceitual estruturado por Quiñonez (2018) que tem o propósito de integrar fenômenos de destruição, de extinção da vida e da cultura, agressão e violação histórica e permanente dos direitos humanos e da natureza. Com isso, ele pretende denunciar uma integração de matriz necrófila presente no padrão colonial, e por isso em vários países da América Latina, que a maioria das vezes opera e se apresenta como estratégias e ações isoladas. E isso acaba garantindo hegemonias às frentes de destruição cultural, que baseadas na lógica do mercado capitalista, diminuem as demais frentes, à descartáveis e populares/folclóricas (QUIÑONEZ, 2018).

E é nesse contexto de colonialidade cosmogônica, de colonização das relações espirituais com a terra e com a ancestralidade, de um ecogenocídio, que a *Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC)* (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020; CAMARGO, 2017) pode vir a oferecer, à nível local, pensamentos fronteiriços, como dito por Grosfoguel (2008). Para Grosfoguel (2008) o pensamento de fronteira seria uma resposta descolonial crítica do subalterno às enunciações fundamentalistas de que existe uma única construção epistemológica a partir da qual podemos alcançar a verdade.

Falamos aqui do entendimento de *EABC* que tem sido estruturada por diversos pesquisadores do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) - UNIRIO. Esta *EABC* se encontra fundada nos princípios da Educação Ambiental Crítica e Transformadora e encontra suas raízes na América latina, territorializada, na luta por justiça ambiental e posicionada contra o racismo ambiental e, claro, ao lado dos esfarrapados do mundo. (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020).

Essa *EABC* é uma educação ambiental crítica que trata dos legados pedagógicos das lutas sociais construindo para e com as comunidades, o cuidado e o bem comum, fortalecendo suas territorialidades, uma vez que se estrutura em construção com as histórias de vida, a memória oral, a cultura popular e o saber-fazer dos sujeitos locais (CAMARGO, 2017). Desta forma, os conhecimentos comunitários se agregam aos acadêmicos na ação e participação dos sujeitos sociais e coletivos alinhando-se a pedagogia freiriana e a educação popular (SANCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020).

Além disso, por essas características a *EABC* poderia indicar um caminho metodológico para uma prática decolonial que se faz nas lutas e no fortalecimento comunitário, mas também traz saberes e conhecimentos que permeiam uma visão mais crítica, contextualizada e social para a Educação Ambiental e conseqüentemente para o Ensino de Ciências, principalmente no atual cenário de pandemia que envolve direta e indiretamente essa temática. E é através dessa educação ambiental baseada nas lutas latinoamericanas que surge a práxis libertadora e a busca pela re-existência, sendo as mulheres suas principais protagonistas, desde onde o conhecimento emerge (PELACANI, 2018). E a partir dessa perspectiva que o presente trabalho se faz, a partir

desses conhecimentos trazidos por essas mulheres pertencentes à esses territórios e à essa história de colonialidade que buscam re-existir em tempos tão desafiadores como esses de atual pandemia.

A pandemia e o escancaramento da face oculta da modernidade: um recorte racial e de gênero necessário

Diante do atual contexto pandêmico, como se já não bastasse um vírus que coloca em risco à vida dos mais vulneráveis socioambientalmente, ainda precisamos combater o negacionismo científico, o contexto antiecológico e as mirabolantes teorias conspiratórias estimuladas politicamente pelo atual desgoverno de extrema direita, que continua a massacrar as populações tradicionais e à negar assistência as etnias indígenas.

Para Layrargues (2020), mesmo que o vírus pudesse ter sido fabricado em algum laboratório de engenharia genética, discurso este proveniente do atual movimento negacionista, a realidade particular dessa teoria conspiratória restringiria a pandemia como resultado apenas de uma disputa geopolítica entre duas nações (China e Estados Unidos). E isso, além de abafar o foco da origem da pandemia, não abriria espaço para se estabelecer relações entre a possibilidade dessa ser resultante de um fenômeno complexo oriundo da exploração econômica demasiada da natureza, que gerou degradação e desequilíbrio ambiental tamanha dos ecossistemas florestais, capaz de resultar numa grave zoonose (LAYRARGUES, 2020).

A hipótese mais simples e realista de que o vírus seja uma constatação do desequilíbrio da natureza, já pode ser observado anteriormente com o surto de Ebola em 2013, com a gripe aviária e com o vírus Nipah (LAYRARGUES, 2020). Para Layrargues (2020), a degradação ambiental é a raiz da questão pandêmica, uma vez que o foco inicial das últimas epidemias se encontra em áreas naturais que foram ecologicamente desequilibradas, combinado com o aumento da proximidade de rebanhos domésticos com animais silvestres, pela ampliação da agropecuária. Essas áreas de florestas são barreiras naturais contra zoonoses. Inúmeros foram os alertas de cientistas para os riscos de graves pandemias por zoonoses relacionadas ao desmatamento de florestas nativas para o agronegócio capital-intensivo. Layrargues (2020) alerta para o intenso desmatamento da Amazônia como fagulha para o aparecimento de novos vírus humanos. Isso se torna ainda mais agravado com as emergências climáticas que são um contexto a mais no surgimento de epidemias.

E são nessas práticas vorazes da agropecuária industrial e seu processo de expansão sem fim da fronteira do agronegócio que as mudanças precisam ocorrer em um “novo-normal”. Precisa-se de outros modelos de produção como, por exemplo, a Agroecologia, orientada em respeito aos fundamentos ecológicos e sociais (LAYRARGUES, 2020), práticas essas feitas pelas populações tradicionais há muito tempo, por meio de uma memória biocultural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). Práticas agroecológicas são resultados de resistência das comunidades tradicionais a um memoricídio biocultural que se deu em função de um projeto político ideológico imposto a partir da segunda metade do século XX, a promessa do paradigma agrícola moderno. Esse memoricídio tornou insignificantes os conhecimentos produzidos localmente, bem como a sua transmissão entre as gerações (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). A Agroecologia é então, um antídoto para a amnésia biocultural, sendo um elemento importantíssimo na construção de um paradigma alternativo que permita criar atalhos para a saída da crise, tendo os povos indígenas e as comunidades compositas como os principais protetores da memória biocultural de nossa espécie (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015).

Outro aspecto relevante da pandemia é que ela escancarou a completa desigualdade de gênero e de raça que nossa sociedade possui, uma vez que ela afeta desproporcionalmente mais as mulheres do que os homens, e mais ainda as mulheres

negras. No âmbito acadêmico, pesquisas da UFRGS (2020) indicam uma queda de produtividade muito grande entre as mulheres brancas e negras durante a pandemia, enquanto a produtividade masculina tem sido menos afetada. A divisão desigual das tarefas domésticas com a concentração das responsabilidades e do cuidado sobre as mulheres, acumuladas às atividades com o trabalho remunerado são algumas das questões que explicam esses dados (UFRGS, 2020). O fator da raça só acirra e nos mostra uma etapa a mais que essas mulheres negras precisam vencer dentro do ambiente acadêmico, o que deixa explícita a colonialidade do poder.

Este exemplo foi apenas em relação à produtividade acadêmica, no entanto, infelizmente para as mulheres de maneira geral, outras questões relevantes são acirradas pelo momento pandêmico, com fatores que envolvem o risco de vida, como o aumento do caso de feminicídios e de violência doméstica. Além desses, vários outros fatores afetam as mulheres, mães de família, principalmente de camadas sociais mais baixas, como: a falta de acesso à saneamento básico para a correta higienização; espaços pequenos com muitas pessoas, pouco ventilados impedindo um isolamento em caso de contaminação; falta de acesso à serviço médico próximo à sua residência; a impossibilidade de não poderem trabalhar remotamente seja pelo tipo de trabalho realizado, seja pela falta de infraestrutura para realizá-lo e as consequências que isso pode acarretar; cuidado com familiares mais velhos e crianças pequenas, entre vários outros.

Vemos que o contexto pandêmico não apenas exaltou a emergência climática resultante da degradação ambiental promovida por esse sistema mundo moderno/colonial/capitalista e a inviabilidade do mesmo, mas também sua característica machista e patriarcal que ainda impõe sobre as mulheres determinados papéis sociais que as sobrecarregam ainda mais e a subjulgam ainda mais como bem de consumo do homem e como o corpus de reprodução do capital como dito por Silvia Federeci (2017).

Metodologia

Como percurso metodológico foram escolhidas técnicas de pesquisa qualitativos como a história oral e a autoetnografia. Segundo Alves (2016) a história oral “caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela”. A história oral por ter como foco a memória humana não é apenas uma lembrança individual, mas de um indivíduo inserido em um contexto social que lhe confere lembranças coletivas (MATOS; SENNA, 2011).

Desta mesma maneira, buscamos ecoar as vozes das educadoras valorizando-as como protagonistas na construção da história local e também de suas próprias narrativas, abafadas pela colonialidade do saber, do poder e do gênero. Além de trazer a tona essa memória coletiva e ancestralidade que lhe é própria, buscamos identificar em que momentos essas histórias pessoais se cruzam com os conflitos socioambientais que estão impostos pela localidade, trazendo repercussões na saúde e no ambiente, algo que se constitui como pauta valiosa para a Educação Ambiental, assim como para o campo da Educação em Saúde e Ciências.

Já segundo Motta e Barros (2015), a autoetnografia é um método de pesquisa que surge para estudar a experiência pessoal e como esta é importante no estudo da vida cultural, não objetivando a construção de um método mais válido, mas gerando outra abordagem nos estudos socioculturais. Ainda a autoetnografia é uma maneira de criticar discursos dominantes, que fazem parte da colonialidade do poder, como por exemplo, o discurso biomédico, onde a fala e prática do médico muitas vezes não leva em consideração a experiência dos pacientes e de seus próprios corpos (MOTTA; BARROS, 2015).

Buscamos com essa metodologia acessar e identificar seus saberes através das experiências pessoais dessas mulheres (que não estão dissociadas de outras esferas).

Não buscamos uma metodologia da impessoalidade, que gera uma aparente neutralidade e distanciamento da pesquisa, na verdade reconhecemos que essa nos influenciou não apenas como observadores-participantes, mas enquanto sujeitos/as de nossa própria história. E isso nos impactou diretamente, uma vez que, no momento pandêmico, tivemos esse contato com elas bruscamente rompido, impedindo de nos reunir virtual e fisicamente, devido à dificuldade de acesso da maioria delas à internet, ficando nossa comunicação restrita a ligações por telefone e troca de mensagens por aplicativo.

Antes da pandemia foram realizados 4 encontros presenciais, com a duração aproximada de 2 horas cada um, com a presença de 5 dessas educadoras. Todas as oficinas foram gravadas por meio de áudio, estes posteriormente foram transcritos e analisados pela análise textual discursiva (ATD). A dinâmica dos encontros foi desenvolvida em “Círculos de cultura” da pedagogia freiriana, que consiste na construção de conhecimento e na troca dele entre os envolvidos por meio do diálogo.

Para sensibilizá-las e deixar emergir esses saberes populares e ancestrais, utilizamos textos da escritora Conceição Evaristo, com sua *Escrivivência*, do qual ela retrata através de contos a experiência de um coletivo. Selecionamos para o 1º encontro, o texto “*Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita*”. Escolhemos a Conceição, pois além de acharmos sua escrita visceral e bela, o que facilitaria o contato com essas experiências pessoais, escolhemos valorizar a escrita de uma mulher, negra e brasileira, o que poderia promover uma identificação de vivências pessoais e coletivas, marcadas pela condição social, pela raça e pelo gênero. No 2º encontro foi utilizado o Conto “*Olhos d’água*” (EVARISTO, 2016), para a conexão com a ancestralidade delas. No 3º encontro conduzimos uma atividade sobre árvore genealógica, onde buscávamos perceber onde a história de vida pessoal delas cruzava-se com a história local e conseqüentemente com os conflitos socioambientais. O 4º encontro infelizmente nem conseguiu de fato se iniciar por uma questão de segurança, devido à uma operação policial nas redondezas.

Os demais encontros seriam direcionados para os conflitos socioambientais (pesca e mineração) que emergiram durante os encontros, porém, diante da pandemia essas etapas não puderam ser continuadas. Utilizaremos da autoetnografia para relatar as mudanças impostas pela pandemia para a realidade dessas mulheres, de acordo com nossas conversas e trocas de experiências pelo telefone e por mensagens, para compor um cenário do local no contexto pós-pandêmico e de identificar os saberes que emergem desse momento. Para preservar suas identidades criamos codinomes de frutas/plantas que nos remetam a uma conexão de histórias vivenciadas com as mesmas. As 5 educadoras serão chamadas de *Chaya*, *Mamão*, *Jabuticaba*, *Colônia* e *Cravo*.

Resultados e Discussão

Durante as conversas com as educadoras sobre esse contexto de pandemia, pude vivenciar momentos de agonia e impotência. Agonia por ver que elas estavam contraindo o vírus e todas as condições que pioravam a disseminação dele. E momentos de impotência, uma vez que os sistemas de saúde mandavam elas voltarem pra casa, mesmo diante dos sintomas mais graves da doença. Se para todos nós, pesquisadores, professores etc, esse momento pandêmico tem sido difícil, imagine essa dificuldade mais do que triplicada para quem as condições de sociovulnerabilidade são mais intensas.

Desse modo, organizamos os relatos das educadoras, durante a pandemia, em 3 momentos: 1) compreensão sobre a mudança como um todo em suas rotinas e o impacto dessas em suas vidas; 2) a observação delas quanto ao comportamento da comunidade como um todo; e por último 3) como foi o acesso à assistência médica e

como elas lidaram com essa doença e com esse momento.

1) Primeiro Momento

No relato da educadora *Cravo* um dos momentos mais difíceis dessa pandemia foi:

“...ver pessoas queridas morrerem, sabe pessoas que você vê todo dia, e você não poder nem se despedir, nem ir ao enterro delas, sabe? Fora, quando você acha que é você que vai se despedir também, ou meu marido, no caso...E meu marido desse jeito também, como que faz isolamento numa casa pequena? Que da sala já tá no quarto e na cozinha?”(Cravo)

Essa educadora além de ter contraído a COVID-19 teve seu marido em estado bem grave, com complicações da doença. Ele ficou em torno de 1 mês, sendo levado quase todos os dias ao hospital por ela, com muita falta de ar. Esse e outros sintomas como febre e tosse persistiam, no entanto, os médicos diziam pra eles voltarem porque não tinha o que fazer. Se não fosse pela insistência da educadora em refazerem o teste (que já tinha dado negativo) e para fazerem uma tomografia, o caso dele podia não ter tido um final feliz, pois ele já estava com uma pneumonia forte decorrente da COVID-19.

Além disso, essa mesma fala nos demonstra a consequência desigual dessa pandemia para a população de maior vulnerabilidade social. Embora essas medidas sanitárias de prevenção sejam fundamentais para evitar a disseminação do vírus e a propagação da pandemia, acaba se tornando um paradoxo para uma população que sabe o que precisa ser feito, mas não consegue fazer, pois não possui a infraestrutura necessária para realizar. E infelizmente não foi apenas essa educadora que ou contraiu o vírus ou teve parentes com a doença. Outra educadora, a *Colônia*, precisou cuidar de seu sobrinho pequeno, quando ambos os pais tinham contraído a doença e precisaram ficar no hospital, e por mais que tomasse todo cuidado, sua filha adolescente acabou contraindo e ficou internada por conta de complicações decorrentes das COVID-19.

Outra dimensão importante da pandemia trazido pela *Jabuticaba* foram os efeitos psicológicos e emocionais que esse momento gera, mais ainda para quem não possui as condições materiais básicas necessárias para se prevenirem. Pela sua condição de saúde, ela se encontra no grupo de risco, e ainda vive no mesmo local que seus pais que são idosos. Essa tensão é aumentada, pois o terreno de sua casa é dividido com o irmão que simplesmente nega a pandemia e o vírus, e com sua cunhada que é da área de saúde e está diretamente na linha de frente de combate ao vírus. Esse paradoxo só vem demonstrar que ainda é necessária uma formação para o reconhecimento do outro como parte de si, do viver em comunidade. As formas de colonialidade de ser, poder e saber fomentadas por um sistema individualista blindado e competitivo, ainda se encontram tão latentes que faltam valores de formação humana, de cuidado com o próximo, de partilha, de colaboração. E esses valores podem ser trazidos por outras cosmovisões que possuem um respeito e conexão com a terra e a ancestralidade, de empatia, de respeito e de interdependência. Inclusive esse individualismo exacerbado talvez seja fruto de uma visão única imposta de viver de forma “civilizada”, que nega qualquer conexão com a terra, com a dimensão espiritual, com a natureza e com os outros seres, perpetuando-se as relações de colonialidade cosmogônica (WALSH, 2009). Esse senso de coletividade e de pertencimento ao território é algo que também é muito caro à Educação Ambiental Crítica. Ainda é importante frisar que digo aqui de uma dimensão

espiritual e religiosa que não está pautada em um falso messianismo que usa o nome do divino para defender seus próprios preconceitos e padrões.

Existe um negacionismo científico e uma bolha social de interesse do mega capital em retomar à todo custo as atividades, mas que tende a culpabilizar o mais pobre pela “falta de consciência” ao fazer filas gigantescas na Caixa Econômica Federal para retirar o auxílio emergencial. Esse por mais que pareça não é um favor do Estado, especialmente neste atual desgoverno que está sistematicamente contribuindo para o agravamento dessa pandemia de inúmeras formas. Seja menosprezando a gravidade dessa levando à milhares de mortos, seja pela diminuição de verbas destinadas à saúde, ciência e educação, ou pela negligência, descaso e estímulo à destruição ambiental e degradação de ecossistemas, pela flexibilização da legislação e desmonte dos órgãos fiscalizadores, assim como o ataque direto aos que mais protegem o ambiente (etnias indígenas). E já sabemos, segundo Layrargues (2020) que isso provavelmente não só é a origem dessa, mas de futuras pandemias. Isso sim pode ser definido como um desgoverno ecogenoetnocida (QUIÑONEZ, 2018). A economia não pode ser mais importante que a vida, principalmente quando a vida de milhões não significa nada dependendo de quem forem esses milhões, a escolha política por quem vive e quem morre é uma necropolítica (MBEMBE, 2018) institucionalizada.

2) Segundo momento

Em relação a observação dessas educadoras com relação à comunidade, percebemos pelo relato delas a falta de consciência e negação do atual contexto, com a realização de festas com aglomerações de pessoas, à não utilização de máscaras, e sem odistanciamento físico. Podemos perceber que esse descumprimento das orientações de saúde para esse momento vem ocorrendo em todos os estratos sociais. Mas vale lembrar que os estratos sociais mais altos possuem uma responsabilidade muito maior, uma vez que possuem acesso fácil ao conhecimento e as condições materiais para a prevenção, e não o fazem, colocando outros em risco. E o pior colocando aqueles que normalmente já são mais vulneráveis.

Além disso, a *Cravo* relatou um aumento expressivo de invasão do Manguezal local, mesmo com o policiamento e com alguns fiscais do IBAMA. Aqui podemos observar de maneira clara as consequências de uma necropolítica ecogenoetnocida com o desmonte e colapso dos órgãos de fiscalização e legislação ambiental pelo atual desgoverno, e que tem posto em risco maior nossa biodiversidade e nossa saúde. E para Layrargues (2020) essa é uma importante contribuição da educação ambiental no contexto pandêmico, uma visão de mundo do amanhã, comprometido com a dimensão ecopolítica e com os limites da vida na relação homem/natureza e no legado das consequências de uma política antiecológica.

Um aspecto muito positivo sobre a comunidade relatado por ela, foi a cooperação comunitária dos frequentadores locais para preservar a limpeza do espaço na foz do rio Suruí, ela trabalha há anos ali, e nunca viu uma união deles para ajudar a cuidar do local. Além disso, em uma das sedes da ONG, onde essa educadora trabalha, sempre tínhamos a cerca que envolve o polo educativo sendo furtada, e pelo menos durante esse período ela ainda não foi levada. Vou destacar uma das falas da *Chaya*, outra educadora, que achei muito interessante:

“Vejo que tem gente querendo sobreviver e gente que está desistindo de tentar sobreviver”. (*Chaya*)

Esta fala me chama atenção para o uso da palavra sobrevivência, e que é exatamente isso que estamos vivenciando, algumas pessoas estão não apenas

abrindo mão de suas vidas quando não se cuidam, mas também estão colocando outras vidas em risco. E a resistência diária de se prevenir, mesmo quando todos à volta parecem ter deixado de lado, é uma sabedoria de persistência de vida, ou de sobrevivência ancestral, que insiste por escolher a vida, mesmo quando a morte é uma imposição. Espero que enquanto humanidade, possamos aprender com a cruel pedagogia desse vírus, segundo Santos (2020), que através da morte tenta nos alertar para uma outra forma de vida que precisamos levar, é inadmissível que algumas vidas sejam “descartáveis” pela nossa sociedade.

3) Terceiro Momento

Com relação ao último momento sobre a assistência à saúde local e à proximidade de algum tipo de atendimento médico, as educadoras, de maneira geral, se posicionaram de maneira crítica quanto aos médicos não saberem o que fazer, mas também falaram que sempre tinham atendimento, mesmo precário. No entanto, diante de uma nova doença nunca antes vista, os médicos no início, de fato não sabiam muito a melhor forma de proceder.

Porém, um outro fator importante de ser salientado é que os Hospitais mais próximos para os quais elas foram, se localizam à aproximadamente 40 km de onde moram, um se localizando em Jardim Primavera (município de Caxias) e outro no centro de Caxias. E esse percurso era realizado quase que toda noite pela *Cravo*, que levou seu marido, enquanto ela também estava doente. Nessa fala podemos ver mais claramente isso:

“Eu não podia cair, precisava estar forte pra ajudar ele, mas também não estava bem. Na verdade, nem sei como melhorei, mas da tosse acredito que tenha sido minha mistura de limão com cenoura e mel, que tomava todo dia em jejum. Tava com essa tosse tinha uns 2 meses já e nada passava, depois que comecei a tomar direto melhorei”.
(Cravo)

Neste trecho podemos identificar um saber ancestral dessa educadora sobre remédios caseiros que é um saber de resistência. Além de ter melhorado sua tosse, esse saber se tornou decisivo na falta de acesso fácil à um sistema de saúde. Esses saberes são verdadeiros legados de resistência dessas mulheres, não apenas à indústria farmacêutica e a falta de acesso à saúde nessas áreas, mas também ao fenômeno de “medicalização da vida”. Segundo Brito (2012) esse seria “fenômeno pelo qual a vida cotidiana é apropriada pela medicina, interferindo na construção de conceitos, costumes e comportamentos sociais”. Desta forma, esses saberes ancestrais não são apenas formas contra-hegemônicas, mas também uma questão de auto-cuidado. Com isso fica claro uma total ausência do Estado, principalmente nesse contexto pandêmico.

Não estamos aqui de nenhuma forma descredibilizando o Sistema Único de Saúde (SUS), na verdade estamos salientando sua contribuição no atendimento às pessoas durante esse período pandêmico, não apenas na ação direta de acolhimento e suporte às pessoas doentes, mas em todas suas ramificações. Mesmo com condições e infraestruturas sucateadas, com a redução de verba e em um momento de demanda tão grande e de desconhecimento sobre essa doença, conseguiu segurar um colapso na saúde brasileira. Também, criticamos a necessidade de deslocamento desses moradores até esses locais, o que demonstra a importância da ampliação desses serviços de saúde que não sobrecarreguem o SUS, como os antigos Postos da Saúde e da Família, que neste local foram fechados pela prefeitura nos últimos anos.

Resultados pré-pandemia

Com relação aos resultados encontrados antes da pandemia, faremos uma breve descrição desses com a identificação dos saberes de resistência aos conflitos socioambientais. No 1º encontro, durante o diálogo com as educadoras, escutamos um barulho muito forte de algo caindo, o que me preocupou muito, ao perguntar se era a pedreira as educadoras confirmaram com naturalidade e continuaram a conversa normalmente, como se nada tivesse acontecido. Provavelmente elas já estão habituadas com o barulho constante da extração, sendo, portanto naturalizado pelas mesmas. No entanto, achei o barulho muito acima do de costume (tempo de nossa experiência lá) e depois nos questionamos se elas saberiam quando o barulho seria algo aparentemente perigoso ou não, uma vez que, mesmo tendo uma sirene, isso não assegura que ela irá funcionar.

A pedreira, mais especificamente a Convém Mineração LTDA, se localiza próximo a ONG, aproximadamente 3,5 km. Segundo Bacci, Landim e Eston (2006), os efeitos ambientais associados à presença dela são diversos e presentes em diferentes fases de exploração, indo desde a abertura de cava, com a retirada da vegetação, erosão e modificação da paisagem local, movimentação de terra e assoreamento de córregos, uso de explosivos até o transporte e utilização do minério. Isso afeta não apenas solo, água e ar, como também a população local, além, da fauna e flora.

Suruí é uma região tradicionalmente de agricultura de subsistência, porém, os impactos referentes à presença de uma mineradora no local geram disputas de interesses de diferentes atores sociais sobre a terra, e isso caracteriza um conflito ambiental, segundo Acselrad (2004). Além disso, a educadora *Mamão*, depois comentou conosco que antes eles pegavam água na fonte da pedreira, e que era a fonte mais limpa que tinham, mas que depois os donos fecharam e ninguém mais podia pegar água, gerando outro conflito por água. Isso exigiu dessa educadora e da comunidade utilizar de seus saberes territoriais para buscar fonte de água em outra localidade, mesmo com resistência da população local. Diante desse conflito socioambiental que envolve não apenas a pedreira e todas suas consequências, mas também o conflito pela água podemos perceber o que Sanchez, Salgado e Oliveira (2020) falam sobre a “reapropriação social da natureza”, relacionada a existência pela luta de diferentes territorialidades que se formam nos processos de territorialização.

No 3º encontro, a *Cravo*, filha de pescadores quando relatava sobre seu pai e tudo o que viveu com ele, sua experiência se confundiu com a história de diferentes interesses que envolvem a exploração da Baía de Guanabara, um conflito ambiental histórico e que persiste em Suruí e no entorno, que é o conflito entre os pescadores artesanais, ambientalistas e a pesca em escala industrial. Seu pai era pescador e ela relatou que ele fazia uma prática de *pesca cercada*, além de outras técnicas. Segundo ela, essa pesca consiste em cercar a boca de três rios locais, o Goia, o Suruí e o Suruimirim para pegar um grande número de peixes. Do ponto de vista ambiental, isso é proibido e danoso para o ambiente. No entanto, embora ela não tenha comentado durante o áudio, ela já havia dito que muitos pescadores tinham essa prática quando havia uma baixa no número de peixes de maneira não usual. Sob a ótica da *EABC*, Camargo, Sánchez e Rocha (2017) argumentam que estes elementos podem trazer consigo saberes da biodiversidade e de ciclos naturais locais.

Além disso, outro ponto importante que ela comentou foi a diferença no tamanho dos peixes, especificamente a corvina, quando ela era pequena eram maiores do que a pescada atualmente. Podemos observar que numa atividade que buscava trazer as experiências pessoais dela, a fez conectar com um conflito muito antigo da Baía de Guanabara, mostrando o quanto a história de vida delas se articula com a história do local.

Podemos observar ainda que o 1º texto da Conceição, por muito tempo, suscitou nas educadoras a temática da “menstruação”. Rapidamente as educadoras

foram falar de suas experiências pessoais, e isso remeteu a questões como falta de acesso financeiro à absorventes, constrangimento social, desde culpa até traumas, como pode ser observado na fala da *Jabuticaba* abaixo:

“Interessante, isso me fez lembrar na época que eu também usava (pausa)... existia o absorvente, mas era como a fralda descartável, era tão caro que a gente tinha que se virar com os paninhos, e várias vezes dava vontade de jogar aquilo fora, porque dá uma preguiça de lavar aquilo, né?! Nojento isso. Mas minha mãe dizia: e então, como você terá paninho depois pra usar? Esse negócio todo, tinha que estar lavando, passando e guardando aquilo arrumadinho para poder estar usando. Cara, QUE VIDA, nem ia pro colégio quando eu estava menstruada!!!!” (Jabuticaba)

Neste trecho podemos observar a relação com a menstruação como algo nojento, isso nos sugere uma internalização e naturalização de como um pensamento machista hegemônico em nossa sociedade é introjetado na forma como vemos nosso próprio corpo e na forma como a sociedade vê a natureza da mulher. Essas experiências ficaram marcadas pela condição social de não podermos nem segredar umas com as outras nossas angústias, quiçá de nos questionar sobre termos aversões a algo que por mais incômodo que seja, não deixa de ser belo, afinal todo sangue que expurgamos mensalmente, talvez represente a tentativa frustrada de gerar a vida, numa sociedade que nos mata sistemática e diariamente.

Podemos registrar ainda os chás e as crenças que são até hoje respeitadas e reproduzidas quando elas estão mensalmente neste período. Tem chá para a menstruação vir, pra suspender, para a cólica, para menopausa, entre outras práticas que permeiam o momento que envolve o período menstrual. Isso nos indicam uma ligação direta entre esses saberes, a natureza e seus ciclos naturais (CAMARGO, 2017). Além disso, esses saberes também se relacionam diretamente com os conteúdos presentes no currículo formal do ensino das disciplinas ligadas as Ciências e a Saúde, por mais que estes não venham por meio da escola, e sim de sua ancestralidade, e no caso desses saberes, a maioria delas aprende através da linhagem materna.

Além disso, essa temática da menstruação é de fundamental importância para a Educação em Ciências, fazendo parte de uma Educação Sexual que vem sendo severamente repreendida recentemente pela ala conservadora da sociedade. As crianças precisam contar com a escola para entenderem e compreenderem o funcionamento de seu próprio corpo e sobre os limites que são necessários serem impostos. Isso potencializa não apenas o auto-conhecimento, mas também o combate a crimes, assédio e violência sexual.

Conclusão

Fundos da Baía de Guanabara, local que a vida insiste em re-existir ou seria persistir? Esse nome “fundos” usado também de forma pejorativa para essa Baía, também traz com ela todo descaso fruto de um “sistema mundo euro/norte americano moderno/capitalista colonial/patriarcal”, como diria Grosfoguel (2008). Ao mesmo tempo, paradoxalmente é nesse local que a força presente na biodiversidade ainda insiste em continuar a viver, ou a sobreviver.

Ver a Baía de Guanabara como um útero que gesta a biodiversidade nos é uma aproximação que é muito rica, uma vez que durante séculos, não apenas essa Baía foi fruto de violência, negligência, descaso, como também as mulheres, que tiveram

seus corpos sendo expropriados para o capital externo. É a partir dos “fundos” que no contexto social em que vivemos, essas educadoras vem mostrar que esse local não é apenas a única, mas a porta principal de suas casas, ou seja, sua resistência, história e luta é a partir desse sul, que elas guiam suas vidas. Enfatizo o uso feminino da Baía, como uma forma de reivindicar a sabedoria, por séculos, massacrada das mulheres e da terra que historicamente são diminuídas a bem de consumo no capitalismo.

Nos conectar com esses saberes e com essa ancestralidade trazidos por essas mulheres é uma maneira de resgatarmos uma história apagada e silenciada de nossas raízes fincadas no colonialismo e nas relações de poder que mesmo derramando tanto sangue ainda insiste em sobreviver. É esperar em um “novo normal” mais plural, diverso, menos desigual e mais humano (incluindo aqui o cuidado com o outro e com os outros seres). Além disso, podemos perceber a importância em se apostar tanto em uma educação ambiental crítica e transformadora, como de um ensino de ciências comprometidos com a formação integral e crítica de um sujeito ecológico, onde princípios de coletividade e partilha, assim como respeito às diferentes formas de vida serão fundamentais para a formação de uma sociedade menos egoísta e desigual.

Diante de um cenário pandêmico, de escancaramento das desigualdades sociais, de retrocessos ambientais graves, de ecogenocídio, de necropolítica e da valorização máxima da economia, viemos por meio deste afirmar ainda mais nosso compromisso com a vida, e consequentemente com essas mulheres, que são uma das mais prejudicadas e que no entanto mais lutam por ela. Reafirmar ainda o compromisso em lutar junto dessas populações em situação de vulnerabilidade socioambiental e das populações tradicionais valorizando e aprendendo com seus saberes ancestrais, a sobreviver e a reconstruir outros mundos possíveis. E isso é fundamental se buscamos deixar um mundo minimamente viável não apenas para nós e para nossos filhos, mas para todos os filhos dessa terra. Precisamos aproveitar um momento de crise como esse, para aprendermos juntos, desenvolvendo uma escuta sensível aos ensinamentos desse cruel pedagogo, que é o vírus. Será que iremos aprender com ele? Sei que precisaremos aprender a resistir e a lutar junto com essas mulheres pela persistência da vida.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.p.13-35.

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

ALVES, M.C.S.O. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL/III ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2016, Minas Gerais. **Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História**. Minas gerais: Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, 2016. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 10 dez 2019.

BACCI, D.L.C.; LANDIM, P.M.B; ESTON, S.M. Mineração: Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. In: **Revista Escola de Minas (REM)**, Ouro Preto, Minas Gerais, v.59, n.1, p. 47-54, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rem/v59n1/a007.pdf>. Acesso em: 20 jan 2020.

BRITO, M.A. Medicalização da Vida: Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.9, p-2554-2556, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-



81232012000900036&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2020.

CAMARGO, Daniel Renaud. **Lendas, rezas e garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes locais no Vale do Jequitinhonha**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11478>. Acesso: 05 ago 2020.

CAMARGO, D.R.; SÁNCHEZ, C.; ROCHA, J. Educação ambiental de base comunitária no Vale do Jequitinhonha: uma articulação entre a IAP de Fals Borda e a abordagem temática freireana. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 9., 2017, Minas Gerais. **Anais do IX EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Minas Gerais: UFJF, 2017. p.1-11. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0240.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FEDERECI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 4. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais - Epistemologias do Sul**, n.80, p.115-147, Mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 06 ago. 2020.

LAYRARGUES, P.P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**. São Paulo, v. 15, n.4, p.1-30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10861/7819>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais - Epistemologias do Sul**, n.80, p.71-114, Mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 06 ago. 2020.

MATOS, J.S.; SENNA, A.K. História Oral como fonte: problemas e métodos. In: **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395>. Acesso em: 4 ago 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOTTA, P.M.R.; BARROS, N.F. Resenha: Autoetnografia. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.6, p. 1337-1340, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE020615>. Acesso em: 15 jan 2020.

PELACANI, Bárbara Cristina. **As lutas que educam na América Latina: a educação ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13028>. Acesso em: 29 ago. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 117-142, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 14 ago 2020.

QUIÑONEZ, S.A. Defensa ambiental, derechos humanos y ecogenoetnocidio afrocolombiano. In: **Pesquisa em Educação Ambiental**. v.13, n.1, p.10-27, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p10-27>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SANCHEZ, C.; SALGADO, S.D.C.; OLIVEIRA, S.T. Aportes da ecologia política para a construção de uma educação ambiental de base comunitária no contexto latino-americano: narrando a experiência de um curso de extensão universitária. In: **Ambiente & Educação – Revista de Educação Ambiental**. v. 25, n.1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11158>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “O coronavírus é um pedagogo cruel”. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. In: **Revista IHU (Instituto Humanitas Unisinos) Online**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600630-o-coronavirus-e-um-pedagogo-cruel-entrevista-com-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 25 ago 2020.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Pesquisa da UFRGS revela impacto das desigualdades de gênero e raça no mundo acadêmico durante a pandemia. In: **UFRGS-Coronavírus**, Rio Grande do Sul, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/pesquisa-da-ufrgs-revela-impacto-das-desigualdades-de-genero-e-raca-no-mundo-academico-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 3 set. 2020.

VINCENT, H.D.; VASCONI, M.C.M. Mineração na América Do Sul Neoextrativismo e Lutas Territoriais (2016). In: **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, Minas Gerais, v.5, n.2, p. 66-76. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19008/16039>. Acesso em: 05 jul. 2020.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. In: **Revista educação intercultural hoje em América Latina**, La Paz, Bolívia, p. 1-29, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13582/13582.PDFXXvmi=di9ixOJob3xjBuscxZPZhgoEsplxlhlzBvSzkDZvGWPisju2il2ACq e6QB4dTpMuWG5hj5O12FjvZPzhhBRN27TTJZ7DpU9mBeEVjtWm9hT97srj4k77s21c28Qr30OE etBzxxV8PQixjKho5pvxswLuGCWJCMoRq0rfzooPfHnZrGxx6t7z2S5lv2r9OR26Rtlr>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Dominique Jacob Fernandes de Assis Castro

Graduada em licenciatura e bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Ensino de Ciências e Biologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES/UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Linguagens no Ensino de Ciências (LINEC-UFRJ/Macaé). Atualmente é professora da educação básica e atua como educadora ambiental/popular na ONG Água Doce Serviços Populares. E-mail: dominique.assis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0569-9730>.



Bruno Andrade Pinto Monteiro

Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUTES/UFRJ). Mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde (NUTES/UFRJ). Licenciado em Química (UFRJ) e em Física (UNIS). Técnico em Química. Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Macaé). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ). Professor do Mestrado Profissional em Ensino de Química (PEQUI/UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens no Ensino de Ciências (LINEC-UFRJ/Macaé). Colaborador do Coletivo de Pesquisa em Cinema Ambiental (CUCA-NUPEM/ UFRJ). Colaborador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASUR/UNIRIO). Membro do Núcleo de estudos Afro-brasileiro e Indígena da cidade universitária de Macaé (NEABI). Pesquisas no campo da Educação e Divulgação em Ciências, com ênfase nas temáticas de formação de professores, decolonialidade, direitos humanos, interculturalidade, educação ambiental, mídias, espaços escolares, não escolares e virtuais de educação. E-mail: bapmonteiro@macae.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8933-5816>.

Recebido em: 21 de setembro de 2020

Aprovado em: 01 de outubro

Publicado em: 31 de outubro de 2020